

## DIALOGOS SOBRE A USABILIDADE DE RECURSOS E DE ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Raquel Amorim de Souza Cavalcante <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente texto é um recorte de minha dissertação de mestrado em educação cuja temática central é a acessibilidade digital e a usabilidade de recursos de acessibilidade em ambientes digitais. A pesquisa em questão, objetiva compreender se existem dispositivos de acessibilidade digital que possibilitem às pessoas com deficiência o acesso e a usabilidade de espaços digitais de maneira autônoma e equânime. O local da pesquisa foi 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, que é uma relevante reunião científica que acontece a cada dois anos no cenário da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil e que em virtude da pandemia do Covid-19 foi remodelada para ser realizada remotamente. Como caminho teórico e metodológico foram analisados o papel e a usabilidade dos recursos de acessibilidade digital elaborados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste por meio de uma análise das características e funcionalidades desses recursos como suporte às pessoas com deficiência com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural de Vigostki (2001). Como resultado, os estudos realizados apontaram um caminho complexo e contraditório para a autonomia e participação plena das pessoas com deficiência nos espaços digitais, uma vez que ainda são grandes os desafios na construção de acessibilidade digital de eventos remotos. No entanto, vale considerar as potencialidades desses recursos utilizados no referido evento e ressaltar que a experiência dos participantes foi satisfatória. Nesse caminho percorrido, compreendemos que é possível desenvolver recursos tecnológicos como ferramenta de acessibilidade para as pessoas com deficiência, considerando seu direito de pertencer a todos os espaços da sociedade, minimizando assim os processos de capacitismo e rompendo com a lógica de exclusão de direitos que permeia a vida desses indivíduos.

**Palavras-chave:** Acessibilidade digital, Pessoas com deficiência, Ambientes digitais, Recursos de acessibilidade.

### INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência tiveram suas vidas marcadas pela ausência de direitos e invisibilidade. Em uma estrutura social opressora, a história revela um passado de esquecimento, mortes em praças públicas, internações em manicômios e hospitais. A marginalização dos indivíduos com deficiência resultou na privação de seus direitos à liberdade, ao pensamento e, em alguns casos, à própria vida. Diante desse passado de opressão, que perdurou por muitos anos e ainda reverbera nos dias de hoje, foi construído um movimento

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação-ProPEd (UERJ), Doutoranda em Psicologia Social, do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [rsouzacefet@gmail.com](mailto:rsouzacefet@gmail.com);

de luta política no qual as pessoas com deficiência começaram a se mobilizar para defender seus interesses e se organizar politicamente (LANNA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2018).

Nesse contexto de lutas, desafios, embates, avanços e muita discussão, foi pavimentado politicamente um caminho que nos trouxe ao cenário atual, que, embora desafiador, está mais aberto ao debate e à conscientização sobre a temática da acessibilidade e das demandas das pessoas com deficiência (MAIOR, 2018).

O presente artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado na área da educação, cujo foco central é discutir sobre a acessibilidade digital enquanto um direito humano, a partir dos recursos de acessibilidade digital elaborados pela comissão de acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste. Portanto, para discorrer sobre o tema, é importante contextualizar o lugar onde a pesquisa se insere.

A pesquisa foi realizada no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, uma relevante reunião científica que acontece a cada dois anos no cenário da pesquisa e da pós-graduação em educação. O objetivo geral é analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital elaborados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste como suporte às pessoas com deficiência para participação nos espaços virtuais de forma equitativa. Os objetivos específicos são: mapear e descrever as características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados e utilizados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e analisar a usabilidade dos dispositivos desenhados pela Comissão de Acessibilidade a partir da vivência das pessoas com deficiência inscritas no evento, considerando o contexto da pandemia da Covid-19.

O problema da pesquisa está circunscrito nas seguintes questões: Existem dispositivos de acessibilidade digital que possibilitem à pessoa com deficiência o acesso e a usabilidade em ambientes digitais? Como se dá a usabilidade destes dispositivos? Eles possibilitam autonomia e independência para estes usuários?

Esta pesquisa foi orientada pela teoria histórico-cultural, que traz elementos que possibilitam investigar o desenvolvimento humano na relação da vivência do sujeito com o meio, fundamentais para as discussões teórico-metodológicas aqui realizadas. Seguindo os pressupostos da THC, para Vigotski, a atividade humana está diretamente relacionada com a historicidade do sujeito, sendo esta uma história em constante transformação, em que o homem transforma a natureza por meio do trabalho e, ao transformar a natureza, também se transforma (ZANELLA et al., 2007).

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vigotski assume que o homem é um agregado de relações sociais e enfatiza que as funções mentais são relações sociais internalizadas; ou seja,

o que foi inicialmente uma relação entre pessoas passa a funcionar como uma interação do sujeito consigo mesmo (SMOLKA et al., 2007). Nesse sentido, Vigotski aponta que a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada. O indivíduo tem contato com o mundo externo por meio das interações sociais, em razão do processo de mediação por signos e instrumentos que se apresentam durante todo o seu processo de vivência (SMOLKA, 2004).

Ao relacionar estes princípios da teoria histórico-cultural com a temática desta pesquisa, é possível apreender questões que vão ao encontro dos debates propostos por este trabalho. Sendo o homem um ser biológico e histórico-cultural, as relações humanas que se constituem na atualidade, sobretudo na sociedade em rede, são fundamentais no desenvolvimento deste indivíduo. Nesse quadro, é importante refletir que, se uma pessoa não tem condições mínimas de acesso aos meios de socialização e comunicação e não faz parte do mesmo ambiente cultural que o outro sujeito, como se dá o desenvolvimento humano deste sujeito?

## **METODOLOGIA**

Não há como falar sobre acessibilidade física ou digital sem antes problematizar o conceito de deficiência. Nesse sentido, é importante abordar politicamente a deficiência, considerando todos os seus marcadores históricos e sociais. Ao longo da história, o tratamento dado às pessoas com deficiência tinha um enfoque caritativo assistencialista, pautado na ideia de reabilitação de “corpos deficientes”. Durante muito tempo, a deficiência era considerada pelo viés da incapacidade funcional, e a diversidade humana era motivo de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, vistas como incapazes ou doentes (MAIOR, 2017).

Hoje, após intensas lutas dos movimentos políticos das pessoas com deficiência, o cenário aponta para uma grande mudança. Embora ainda haja um caminho a percorrer, muitos foram os avanços legislativos e políticos alcançados nas últimas décadas. Podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade para a pessoa com deficiência, o Decreto 5.296/2004, que regulamenta as leis 10.048/2000 e 10.098/2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Temos também o Decreto nº 6949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e a Lei 13.146/2015, que promulga a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2000; BRASIL, 2004; BRASIL, 2009; BRASIL, 2015).

Esses documentos são importantes marcos legais no campo dos direitos humanos concernentes às pessoas com deficiência e foram abordados nesta pesquisa com o intuito de

dialogar sobre igualdade de direitos e condições de acesso nos tempos de cibercultura (GUIMARÃES, AZEVEDO, ANDRÉ, 2016; MAIOR, 2018).

Para desenvolver este estudo e atender aos objetivos propostos, foi realizado um mapeamento das características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados e utilizados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, além de uma análise da usabilidade destes dispositivos. Utilizei duas estratégias: o acompanhamento do trabalho da Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e a realização de entrevistas com os participantes com deficiência da reunião.

Uma das estratégias fundamentais para esta investigação foi o acompanhamento ao trabalho da Comissão de Acessibilidade, composta por profissionais e pesquisadores que contribuíram para a produção de materiais, estratégias e recursos de acessibilidade desenvolvidos exclusivamente para o evento. Desde julho de 2020, a equipe se debruçou para estruturar estratégias que viabilizassem a participação das pessoas com deficiência na reunião. A equipe se organizou remotamente, por meio de reuniões e estudos, para realizar as ações de acessibilidade durante toda a preparação e nos dias da referida reunião científica.

Particpei como observadora em cada etapa da construção dos recursos de acessibilidade desenhados para o evento. Dessa investigação, analisei a construção destes dispositivos a partir dos registros escritos em meu diário de campo e das atas e registros das reuniões da comissão de acessibilidade. Como resultado do trabalho da Comissão de Acessibilidade, alguns dispositivos foram elaborados coletivamente para fornecer recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência inscritas no evento.

Como segunda estratégia de pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas com os participantes com deficiência inscritos na reunião. A escolha por esta metodologia se deu por meio de diálogos com sujeitos que vivenciaram o processo de inscrição e participação no evento e puderam relatar suas experiências, análises e impressões sobre os recursos de acessibilidade digital disponibilizados.

Entrevistar as pessoas com deficiência para entender suas experiências sobre o processo de acessibilidade digital é de extrema relevância para a pesquisa, considerando que tais sujeitos têm lugar de fala em relação ao acesso e à usabilidade dos dispositivos.

Para analisar as entrevistas e compreender as experiências vividas pelos participantes, utilizamos a análise de conteúdo como ferramenta de interpretação dos dados. Minayo (2009) aponta que a análise de conteúdo é uma técnica de interpretação dos sentidos contidos nas mensagens, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos. A análise das entrevistas foi realizada a partir de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise consistiu na leitura flutuante do material coletado, com o intuito de organizar e sistematizar as informações. Na fase de exploração do material, foram realizadas leituras aprofundadas das entrevistas, categorizando os dados em unidades temáticas. Por fim, no tratamento dos resultados, os dados foram interpretados e correlacionados com a literatura revisada.

Os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo das entrevistas indicam que a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados pela Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste foi, em geral, considerada satisfatória pelos participantes com deficiência. Contudo, destacam-se algumas limitações e sugestões de melhorias apontadas pelos entrevistados, como a necessidade de maior diversificação dos recursos de acessibilidade e a importância de uma comunicação mais eficiente e clara sobre a disponibilidade desses dispositivos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, apresento alguns apontamentos que marcaram a construção analítica desta dissertação. Debates sobre a acessibilidade digital enquanto um Direito Humano, refletindo sobre os direitos legais de acessibilidade digital e discorrendo sobre a exclusão de direitos e o capacitismo intrínseco na sociedade.

Kassar e Silva Filho (2019, p. 05) assumem que “a leitura sobre o significado social das pessoas evidencia-se não apenas em discursos, mas também em outras condições materiais de vida”. Ou seja, não apenas nas narrativas políticas e nos marcos legislativos os direitos das pessoas com deficiência devem ser considerados, mas é necessário um olhar atento para as reivindicações dessas pessoas, ouvindo suas vozes e considerando o papel que exercem na sociedade, especialmente pelo viés da igualdade de direitos.

A fala de Lucas, professor universitário com baixa visão, exemplifica as dificuldades enfrentadas pela falta de acessibilidade. Sua vivência no ambiente acadêmico e científico nos leva a refletir sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no contexto profissional e sobre as múltiplas formas de capacitismo vivenciadas com frequência:

**Pesquisadora:** Como você considera a acessibilidade e usabilidade das estratégias e dispositivos de acessibilidade digital nos dias de hoje?

**Lucas:** Horrível... péssimo... especialmente no ambiente acadêmico e científico. Por causa da falta de acessibilidade, eu tenho tirado do meu bolso para garantir recursos para minha acessibilidade e tenho sofrido uma série de processos de capacitismo [...] por isso me afastei de uma série de atividades, com um pouco de

tristeza, mas com um pouco de cansaço também [...] de fazer as coisas com desconforto visual (Transcrição de Entrevista, Lucas, 17/02/2022).

Diante desse recorte, podemos afirmar que construir estratégias de acessibilidade com o olhar voltado ao Direito Humano é urgente, ainda mais em um contexto em que as pessoas com deficiência vivem discriminações e processos de exclusão de direitos cotidianamente. A fala de Lucas, “por isso me afastei de uma série de atividades, com um pouco de tristeza, mas com um pouco de cansaço também”, reforça a ideia de que a exclusão de direitos ainda está presente na sociedade, colocando as pessoas com deficiência em desvantagem e gerando prejuízos não apenas físicos, mas emocionais também. Portanto, são necessárias ações de proteção dos direitos dessas pessoas.

A exclusão de direitos se apresenta em muitos momentos nas falas dos entrevistados, especialmente quando mencionam o capacitismo sofrido rotineiramente:

**Mateus:** [...] e cada dia que a gente sai de casa a gente sofre preconceito. Isso é diário, não é de vez em quando. Então isso é muito difícil [...] a gente já é esquecido, já é invisibilizado, mesmo saindo de casa, tanto que algumas pessoas falam assim: “Ah, na minha cidade não tem nenhum cego, nunca vi um cego andando na rua.” Claro, se a cidade não tiver acessibilidade, não tiver oportunidade, a pessoa vai ficar dentro de casa (Transcrição de Entrevista, Mateus, 16/02/2022).

As falas observadas nessas transcrições nos permitem refletir sobre dois aspectos na discussão sobre acessibilidade digital: os processos de exclusão de direitos e o capacitismo. Embora o sistema legislativo do Brasil proteja o direito ao acesso a sites e ambientes digitais, garantindo uma vida mais autônoma, inúmeras barreiras ainda obstruem historicamente a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Algumas dessas barreiras (comunicacionais, atitudinais, físicas) são conceituadas nos instrumentos normativos e marcos legais do país. No entanto, ao refletir sobre a temática da acessibilidade digital como um direito humano, percebemos que muitas iniciativas ficam apenas no campo dos discursos e textos políticos (Kassar; Silva Filho, 2019; Sonza, 2008). A ausência de ações concretas que eliminem as barreiras de acessibilidade é evidente quando ouvimos as falas dos participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Lucas reafirma as dificuldades que as instituições enfrentam na construção de acessibilidade:

**Lucas:** De um modo geral, eu vejo que hoje as pessoas querem fazer, mas não sabem como fazer. Há a dificuldade de as pessoas entenderem [a importância da acessibilidade] e implicitamente fica essa sensação de, “foi isso aí que a gente

conseguiu, se contentem com isso, pare de reclamar” (Transcrição de Entrevista, Lucas, 17/02/2022).

Podemos perceber que existe, implicitamente, nas relações entre os atores envolvidos, um cenário marcado por processos de exclusão de direitos em que não há urgência ou interesse em igualdade de condições. Essas indagações são comuns aos participantes entrevistados, como também vemos na fala de Maria:

**Maria:** Para você ter uma ideia, só comparação. Na presencial [nome da instituição] eu fui no minicurso de Filosofia da Educação. Chegando no minicurso, a professora, a intérprete se apresentou [...] a professora disse: “Aqui é minicurso de Filosofia da Educação.” A intérprete disse: “Eu sei.” Mas a professora insistiu: “Aqui é minicurso de Filosofia da Educação.” A intérprete: “Eu sei, eu vou interpretar.” Como se eu, surda, não pudesse ficar na área de Filosofia da Educação, eu tinha que ficar lá na área da Educação Especial. Entendeu? Meu lugar é só na Educação Especial, né? Agora, nesse ANPED acessível, tinha intérprete para Filosofia da Educação, Educação do Campo, e assim vai. Então, isso é muito legal (Transcrição de Entrevista, Maria, 17/02/2022).

Este recorte remete ao capacitismo presente no GT de Filosofia da Educação, marcando Maria em um lugar de não pertencimento. A fala “Como se eu, surda, não pudesse ficar na área de Filosofia da Educação, eu tinha que ficar lá na área da Educação Especial. Entendeu? Meu lugar é só na Educação Especial, né?” sinaliza uma dificuldade vivenciada por muitas pessoas com deficiência: a demarcação de uma posição social que as coloca como não pertencentes a determinados lugares, uma segregação que ainda assola e angústia esses sujeitos.

Para o contexto em que a pessoa com deficiência vive, a falta de acessibilidade digital determina seus modos de vida, implicando na desistência de realizar atividades e vivenciar aspectos inerentes à vida social. A constituição social do ser humano se dá com base em um complexo desenvolvimento da pessoa em seu meio.

Considerar a diversidade que constitui o sujeito é considerar que cada pessoa é única em suas potencialidades e individualidades. Este é um tema que deve ser discutido também nos espaços científicos e acadêmicos para propor reflexões nas esferas políticas, sociais e culturais, com a finalidade de romper com a cultura do capacitismo, que muitas vezes se apresenta de maneira velada, “não-intencional”, mas que fere aqueles que sentem o dissabor em viver na hegemonia da norma de corpos não deficientes (MELLO, 2016).

A sociedade está imersa em uma cultura capacitista construída historicamente, e a estrutura jurídica e política dessa sociedade possui raízes em ideologias firmadas na lógica discriminatória e a história revela todo o estigma que as pessoas fora dos padrões da corponormatividade carregam, caracterizadas socialmente por suas limitações e cujas

potencialidades só foram reconhecidas após muita luta (GUIMARÃES, 2014; DAINEZ; SOUZA, 2022).

Na dissertação, discutimos também sobre a autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital pelas pessoas com deficiência. A ideia é promover diálogos sobre a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade, buscando compreender como se dá a comunicação nesse processo e entender se, por meio desses dispositivos, a pessoa com deficiência tem maiores condições de participação social e autonomia.

Os avanços tecnológicos têm uma importante participação na elaboração de ferramentas de acessibilidade. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm auxiliado de maneira significativa na efetiva participação social de pessoas com deficiência por meio da rede de computadores (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020). Apesar dos desafios, o avanço da tecnologia trouxe uma maior abertura para o acesso e a participação no campo virtual (SONZA, 2008; CONFORTO; SANTAROSA, 2002).

Ao discutir a acessibilidade digital, devemos considerar a usabilidade para entender se, no processo de interação entre o sujeito e o mundo digital, é possível haver autonomia dos usuários por meio dos dispositivos e estratégias elaborados. Não basta que o indivíduo tenha acesso a determinado recurso; é necessário também ter a possibilidade de utilizá-lo adequadamente para que cumpra sua função (SONZA, 2008).

A construção da acessibilidade pela Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião da ANPEd, remodelada para o ambiente remoto, é um exemplo significativo. Os participantes trouxeram contribuições sobre a construção da acessibilidade por meio dos dispositivos elaborados para este evento:

**Maria:** Na ANPEd do ano passado, que foi remota, foi tranquila. A diferença foi que, enquanto nas presenciais o intérprete só ia onde eu ia, porque só tinha eu de surda, nas remotas todo o evento tinha intérpretes. Então, eu poderia escolher qualquer palestra, qualquer linha de pesquisa, qualquer coisa que o intérprete estava lá (Transcrição de Entrevista, Maria, 17/02/2022).

A vivência de Maria no evento nos faz refletir sobre a importância da construção de estratégias de acessibilidade digital em ambientes remotos, que, em muitos casos, representam uma significativa melhora em comparação com eventos presenciais, onde a estrutura pode ser mais limitada. A construção de uma comissão de acessibilidade, a presença de intérpretes de Libras, audiodescriptores, e dispositivos para aumentar a visualização da tela, entre outros, foram práticas de acessibilidade que tornaram possível a efetiva participação das pessoas com deficiência.

**Cecília:** Tinha no WhatsApp e nos e-mails, antes e durante o evento, informação das atividades que ia ter e quando ia ter interpretação, quando ia ter audiodescrição. Então, a acessibilidade foi muito boa. Teve os tradutores de Libras e audiodescrição [...] foi uma forma que a acessibilidade estava em quase todas as áreas, em quase todas as mesas (Transcrição de Entrevista, Cecília, 17/02/2022).

Podemos concluir que a Comissão de Acessibilidade elaborou estratégias com o objetivo de proporcionar a participação das pessoas com deficiência. As falas dos participantes nos indicam que as TICs foram recursos facilitadores e que promoveram a autonomia dos sujeitos no evento. Avaliar a eficácia dessas práticas é crucial para construir eventos futuros ainda mais acessíveis, garantindo a inclusão e participação de todos.

Portanto, a análise desses dados nos permite refletir sobre a importância de considerar a acessibilidade digital como um direito humano, levando em conta os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e as estratégias necessárias para promover a inclusão e igualdade de direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos realizados até o momento desenham um caminho complexo e contraditório para a autonomia e participação plena das pessoas com deficiência no contexto da cibercultura, mais especificamente em eventos e atividades remotas. Ao longo dessa pesquisa, problematizamos e discutimos o uso de recursos tecnológicos como ferramentas de auxílio para essas pessoas, considerando o direito humano de pertencer a todos os espaços da sociedade, bem como os processos de capacitismo e exclusão de direitos que permeiam suas vidas.

Retomando as questões levantadas ao longo do texto: Existem dispositivos de acessibilidade digital que possibilitem às pessoas com deficiência o acesso e a usabilidade em ambientes digitais? Como se dá a usabilidade desses dispositivos e eles possibilitam autonomia e independência para esses usuários?

Para tentar responder a essas questões, partimos do princípio de que pensar em acessibilidade digital pressupõe pensar na democratização de ambientes virtuais, considerando toda a diversidade humana. Esta não é uma tarefa fácil, pois, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico busca contemplar um grande número de atores sociais, a sociedade ainda é marcada por desigualdades sociais que reforçam a lógica da exclusão (SONZA, 2008).

Nesse contexto, mesmo com um sistema protetivo mais estruturado que contempla algumas singularidades das pessoas com deficiência, ainda há um árduo caminho a ser percorrido para alcançar a participação plena. Contudo, não podemos deixar de ressaltar as

conquistas obtidas por este grupo social mediante muita luta e esforço por meio do movimento político das pessoas com deficiência (GAVERIO, 2017; MAIOR, 2018).

Considerando tudo o que já foi construído conceitualmente na pesquisa sobre acessibilidade digital, entendemos que a acessibilidade em eventos e atividades remotas constitui um direito humano possível de ser realizado, apesar das dificuldades impostas por questões como ausência de vontade política, falta de financiamento, despreparo dos profissionais e a cultura do capacitismo intrínseco na sociedade.

Baseando-nos nos postulados de Vigotski (1997, 2000, 2010) na teoria histórico-cultural, concebemos que o desenvolvimento humano das pessoas com deficiência está intrinsecamente relacionado à sua história social, ainda marcada por desigualdade, apagamento e capacitismo. Por outro lado, essa teoria também nos ensina que os instrumentos técnico-semióticos construídos pelos seres humanos trazem significados e atuam como mediadores entre o homem e o ambiente em que está inserido.

Visando problematizar a constituição social das pessoas com deficiência no contexto de um evento acadêmico-científico de grande porte como a ANPEd e pensar em possibilidades para a construção de acessibilidade digital em eventos remotos, esta pesquisa se debruçou em sistematizar e analisar os dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade deste evento, verificando junto aos entrevistados suas impressões sobre a usabilidade desses dispositivos.

Esta dissertação abordou conceitos sobre deficiência, acessibilidade e capacitismo para compreender tanto a história social e política desses sujeitos quanto os dispositivos legais que tratam dos direitos das pessoas com deficiência. Chegamos à conclusão de que, acima de tudo, as pessoas com deficiência são indivíduos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, devendo contar com os suportes instrumentais e sociais necessários, não como uma benesse ou favor, mas como um direito que deve ser assegurado e efetivado (MAIOR, 2017).

Refletimos sobre o trabalho realizado pela Comissão de Acessibilidade, tecendo considerações sobre a importância de pensar coletivamente na construção de acessibilidade, levando em conta os anseios do usuário final. Concluímos que existem dispositivos capazes de possibilitar às pessoas com deficiência maior autonomia e participação em eventos remotos.

Nesse sentido, a mediação realizada pelos instrumentos técnico-semióticos permitiu às pessoas com deficiência maior autonomia, interação, compartilhamento de conhecimento e acesso à informação. Para as pessoas sem deficiência, significou a oportunidade de aprender a

se comunicar com um olhar para a diversidade e de difundir conhecimentos sobre acessibilidade, entre outros benefícios.

Para que isso aconteça de forma efetiva, é necessário um olhar mais aprofundado sobre a diversidade que constitui os sujeitos desse processo, bem como uma escuta ativa sobre os anseios das pessoas com deficiência. A acessibilidade digital, com ênfase na autonomia dessas pessoas, exige que aqueles responsáveis pela sua construção coloquem as pessoas com deficiência como protagonistas no processo, não apenas como público-alvo. Dessa forma, o lema “Nada sobre nós, sem nós”, que acompanha a história das pessoas com deficiência, poderá fazer sentido de maneira plena e concreta.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicap.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicap.htm) Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm) - Acesso em jun 2004.

BRASIL. **Lei n.13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) > Acesso em: 15 Jan 2021

BRASIL. Decreto 6949/2009: **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assina BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicap.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicap.htm) Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm) - Acesso em jun 2004.

BRASIL. **Lei n.13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) > Acesso em: 15 Jan 2021

BRASIL. Decreto 6949/2009: **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2009. 2009b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 12 set. 2021.

CONFORTO, D. e SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à Web: Internet para Todos. Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS. V.5 N° 2 p.87-102. nov/2002. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp>. Acesso em 12 de Jun 2022

GUIMARÃES D. N, AZEVEDO S. N., ANDRÉ B. P. Avaliação do desempenho educacional: reflexões sobre a prova brasil. **Revista Científica Interdisciplinar Múltiplos Acessos**, v. 1, p. 13-24, 2016. Disponível em <http://multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/3>. Acesso em 16 de ago 2022

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set-dez, 2012.

MAIOR. I.M.M.L. História, conceito e tipos de deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SMOLKA, A. L. B. Sobre Significação e sentido: Uma contribuição à proposta de rede de significações. In: A Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano. São Paulo: Artmed, 2004.

SONZA, A. P. Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais Virtuais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, F. F, de. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. 2013. 277 p. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250860>>. Acesso em: 10 Set. 2021

VIGOTSKI, L.S.A. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C. dos.; TITON, A. P.; URNAU, L. C.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vygotsky: contribuições à pesquisa em psicologia. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007.